

**CEB LAJEADO S.A.**

CNPJ 03.677.638/0001-50

Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - Setor de Áreas Públicas Lote C

CEP: 71.215-902 - Brasília-DF - Telefone: 3465-9300

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CEB Lajeado S/A tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Mensagem da Administração

Para a CEB Lajeado S/A, 2014 foi um ano de realizações, apesar do cenário de crises externas, da ausência de crescimento da economia brasileira e de contratempos regulatórios.

Registre-se que os signatários das Demonstrações Financeiras e demais peças relativas ao exercício de 2014, assumiram a gestão da CEB Lajeado S/A em 22 de janeiro de 2015, portanto, tais demonstrativos representam a gestão anterior da Companhia, que se desligou da empresa em 22 de janeiro de 2014.

Ao longo do ano de 2014, a empresa pautou sua gestão em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal e desenvolveu suas atividades balizadas no planejamento estratégico da sua controladora, Companhia Energética de Brasília - CEB, atuando de forma a cumprir os seus compromissos de execução orçamentária, visto que suas receitas são, em sua totalidade, originárias de recursos próprios.

A receita da CEB Lajeado S/A é proveniente da comercialização da energia gerada pela Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães, aplicações financeiras, e recebimento de resultados da participação acionária na empresa Investco S.A.

Ademais, no exercício de 2014, foi dada continuidade à implantação de procedimentos administrativos internos, resultando nas adequações de novas condutas e alteração do quadro de recursos humanos. Nesse contexto, houve ainda, a mudança de endereço da sede da empresa para o Ed. Jade, situado no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos Sul, Lote 15, Bloco "C", 2º andar, com o objetivo de compor e compartilhar recursos da estrutura de negócios da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Por sua vez, a nova administração da CEB Lajeado S/A, orientada pela sua controladora, iniciou nos primeiros meses do exercício o processo de redução de despesas operacionais, atuando em duas frentes: a) adequação dos recursos humanos, uma vez que o quadro funcional foi diminuído de 12 para 4 empregados, representando uma redução de custos anual de R\$ 992.821,82; e b) Encerramento do contrato de terceirizados em abril de 2015, alcançando uma redução nas despesas anuais correspondentes a R\$ 293.411,66.

No decorrer do ano de 2015, medidas adicionais serão implantadas visando o aumento da receita, assim como para assegurar a continuidade da contenção dos custos operacionais. Dessa forma, há a expectativa de que serão alcançados resultados favoráveis no futuro próximo, a serem consolidados no final do exercício.

A Empresa

A CEB Lajeado S/A tem por objetivo a geração e comercialização da energia produzida pela Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade.

A CEB Lajeado S/A, em conjunto com a Lajeado Energia S/A, Paulista Lajeado Energia S/A e a Investco S/A, são partes do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão Nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A concessão da usina é compartilhada entre a CEB Lajeado S/A (titular de 19,8%), Lajeado Energia S/A (titular de 72,27%), Paulista Lajeado Energia S/A (titular de 6,93%) e Investco S/A (titular de 1%).

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção das respectivas participações.

Contexto Econômico-Financeiro

O ano de 2014 notabilizou-se pela constatação do baixo crescimento da economia brasileira (PIB da ordem de 0,2%), além do déficit da balança comercial, assim como inflação de 6,41%, próxima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central de 6,5% (superior em 8% ao índice apurado em 2013), tendo ocorrido, por vários meses, a ultrapassagem desse limite.

Para o setor elétrico, o exercício de 2014 caracterizou-se pela continuidade da escassez de água nos reservatórios das principais usinas hidrelétricas brasileiras; pelas repercussões provocadas pela Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei Nº 12.783; pelos diversos conflitos regulatórios; e preços com valores elevados no ambiente de liquidação e no mercado de curto prazo, causando prejuízos significativos para as empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Dessa forma, as geradoras de energia elétrica que se submeteram à mencionada lei admitiram a antecipação da renovação de suas concessões e arcaram com os prejuízos decorrentes, uma vez que a receita, que antes era suficiente para cobrir todos os custos oriundos do processo de geração de energia, depreciação e amortização dos

ativos, permitindo ainda uma taxa de oportunidade capaz de remunerar adequadamente os investimentos realizados, passou a ser suficiente apenas para cobrir as despesas de operação e manutenção das usinas.

Com o cenário que se apresenta de continuidade da crise hídrica, o exercício de 2015 será favorável à ocorrência de um processo de racionalização do uso de energia elétrica. Por outro lado, há a expectativa do mercado no sentido da possível revogação ou aprimoramento da Lei Nº 12.783, visando à retomada da confiança dos investidores privados e a atração de capital para o setor elétrico, objetivando a expansão e, conseqüentemente, o aumento da oferta de energia, na busca de preços justos para os geradores e competitivos para o setor industrial brasileiro.

É nessa conjuntura da crise do setor elétrico, que a CEB Lajeado S/A deve preparar-se para dar continuidade à superação das dificuldades que se avizinham, nos moldes praticados no exercício findo, com a expectativa de que no futuro próximo, vencida a tormenta não gerenciável, encontraremos condições de contorno empresariais mais favoráveis para alcance dos resultados que projetamos e que justificaram nosso investimento na produção de energia por meio da UHE Luís Eduardo Magalhães.

Questão Regulatória Relevante

Pleito Sobre Perdas e Custo de Transmissão

A CEB Lajeado S/A, por intermédio do escritório de advocacia Mukai Advogados Associados, ajuizou, em desfavor da ANEEL, a Ação Ordinária Nº 2009.34.00.008120.5, distribuída à 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, a fim de obter, na formação da tarifa homologada naquela Agência, tratamento isonômico às demais empresas do Consórcio Lajeado, por meio da homologação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento celebrado entre a CEB Lajeado S/A e a CEB Distribuição S/A.

Por conseguinte, objetiva-se transferir àquela distribuidora o ônus do Uso da Rede Básica de Transmissão no desempenho do citado Contrato de Suprimento. Na Ação, é pleiteada ainda, a retroação dos efeitos à entrada em operação da Usina, ocorrida em 2001. Estima-se que o sucesso na disputa judicial poderá implicar créditos, junto à CEB Distribuição S/A, com valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Em 19 de outubro de 2011, o pedido foi julgado improcedente, tendo a CEB Lajeado S/A, em 15 de dezembro de 2011, interposto Recurso de Apelação, a fim de reformar a sentença e declarar nulo o ato que não homologou o referido Termo Aditivo e, conseqüentemente, compelir a ANEEL a efetuar a homologação do Aditivo. O processo foi distribuído à Quinta Turma do TRF da 1ª Região e aguarda julgamento.

Contexto Operacional

O empreendimento Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães tem contribuído significativamente para o suprimento de energia à população do Distrito Federal, uma vez que aproximadamente 97% de toda a energia da CEB Lajeado S/A é comercializada com CEB Distribuição S/A. A Empresa tem contratado com a CEB Distribuição S/A o montante de 101,139 MW médios.

Em 2014, a geração da Usina foi de 527,794 MW médios, representando acréscimo de 7,64% em relação a 2013. Do total da energia gerada, cabe à CEB Lajeado S/A a comercialização de 19,8%, em conformidade com Contrato de Concessão, correspondente a 104,50 MW médios.

Contudo, para o setor elétrico, o exercício de 2014 foi um ano difícil, tendo se caracterizado pela escassez de chuvas e intenso despacho das termelétricas de forma a poupar os reservatórios. Como consequência, a geração do sistema como um todo, no contexto do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, não alcançou o mínimo esperado, provocando ajustes prejudiciais para os resultados da CEB Lajeado S/A.

Enquanto participante deste mecanismo de compartilhamento de risco hidrológico, a empresa cedeu parte de sua geração ao sistema a preços reduzidos, sendo obrigada a adquirir energia no mercado de curto prazo com preços maiores, de forma a honrar seu contrato de comercialização de energia com a CEB Distribuição S/A.

Gestão Econômico-Financeira

A CEB Lajeado S/A, na condição de Empresa estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estrita obediência à legislação de regência da matéria. Na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, a Empresa integra o programa "Energia para o Desenvolvimento".

No orçamento da Empresa são levadas em consideração as despesas com arrendamento das instalações da UHE Luís Eduardo Magalhães, conforme contrato firmado com a Investco S/A. Por meio desse instrumento contratual, o cálculo do arrendamento é baseado na remuneração de 8,83%, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são projetados. Decorrido o período da projeção, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais.

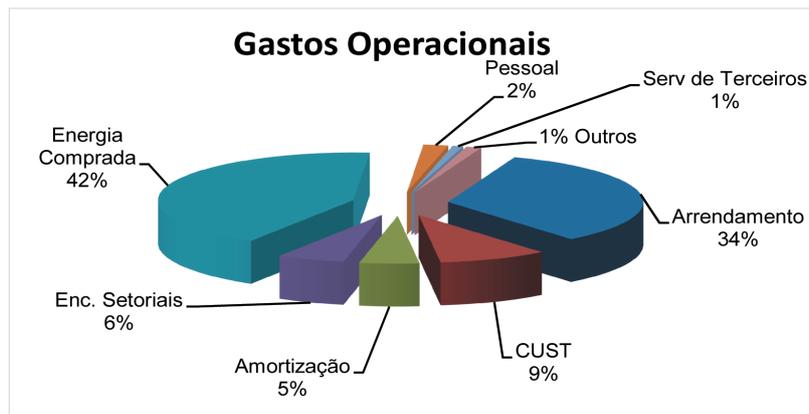
As despesas da CEB Lajeado S/A compõem-se, principalmente, de 42% dos custos com energia de curto prazo - CCEE; 34% de arrendamento; 9% de Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUST; 5% de amortização e depreciação; e 6% de encargos setoriais.

A empresa, em função de sua política de minimização de custos gerenciáveis (pessoal, material, serviços contratados, aluguel e outras despesas), tem conseguido trabalhar com o montante de 3% da despesa total do exercício e 2% da receita total.



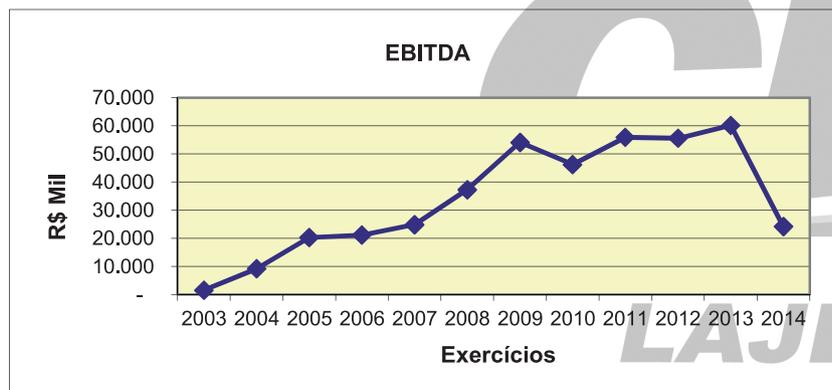
CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

No gráfico a seguir são apresentadas as participações dos principais itens formadores do custeio da empresa em 2014:



No exercício de 2014, a CEB Lajeado S/A obteve lucro de R\$ 20.574 mil (R\$ 42.092 em 2013), que propiciará a distribuição de R\$ 13.057 mil de juros sobre capital próprio e partes beneficiárias. A título de dividendos, o valor de R\$ 6.591 mil ficará à disposição da Assembleia Geral Ordinária - AGO, a realizar-se até o mês de abril de 2015.

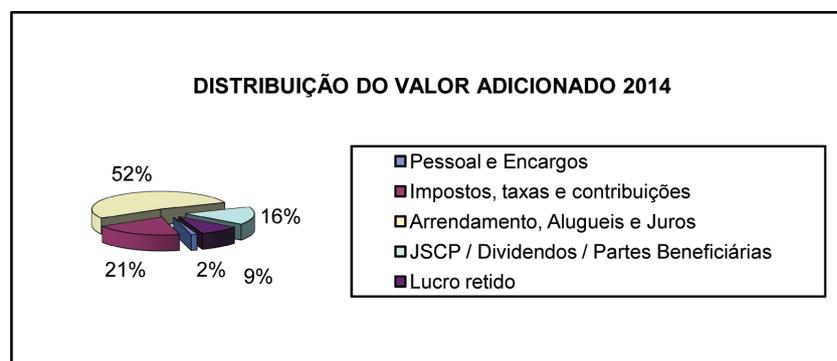
O EBITDA (resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas e receitas financeiras, depreciações, amortizações e exaustões) de 2014 foi de R\$ 24.189 mil, frente a R\$ 60.165 mil em 2013. O gráfico seguinte evidencia a evolução deste agregado financeiro:



No exercício, destaque-se que houve reajuste de 5,32% no preço da energia comercializada com a CEB Distribuição S/A (R\$ 140,78/MWh para R\$ 148,27/MWh). A despesa com energia negociada no Mercado de Curto Prazo - CCEE teve um crescimento de 421,7% no decorrer do exercício de 2014, subindo de R\$ 9.744 mil em 2013 para R\$ 50.837 mil em 2014.

No decorrer do exercício de 2014, foi pago o total de R\$ 40.365 mil, entre Juros Sobre Capital Próprio, dividendos e Partes Beneficiárias, restando o montante de R\$ 12.399 mil de dividendos declarados, com pagamento previsto para o segundo semestre de 2015, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 18 de dezembro de 2014.

Por sua vez, a distribuição do valor adicionado de 2014 foi de R\$ 80.393 mil (R\$ 112.379 mil em 2013), representando redução de 28%. O gráfico a seguir ilustra a forma de composição deste indicador:



Relacionamento Institucional

A Empresa mantém estreito relacionamento com os diversos órgãos tais como: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Operador Nacional do Sistema - ONS, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Ministério de Minas e Energia - MME, Associações de Classe, Fundações e concessionárias em geral, atuando em conformidade com a legislação vigente, buscando sempre a qualidade e a transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro.

Força de Trabalho

A CEB Lajeado S/A, preocupada em corresponder às expectativas do Controlador, assim como suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano, sendo sua força de trabalho composta de 15 (quinze) profissionais.

A seguir, detalha-se o quadro de pessoal no exercício de 2014:

COLABORADORES		
Quadro Próprio		-
Requisitados do GDF e do Governo Federal	GDF	2
	Federal	-
Comissionados, sem vínculo efetivo		9
Contratados terceirizados		4
Conveniados		-
Estagiários		-
Total (Força de Trabalho)		15

Gestão Administrativa

A Diretoria tem pautado suas ações com foco na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos, de forma transparente, alinhando os colaboradores da organização em busca de melhorias na gestão, de modo a valorizar a marca CEB Lajeado S/A. Com ferramentas que valorizem a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, potencializamos as virtudes profissionais dos servidores, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos no planejamento estratégico do negócio.

Dentre as ações desenvolvidas no exercício de 2014, destacam-se:

- renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua;
- padronização e normatização dos procedimentos administrativos e financeiros;
- adequação orçamentária com foco nos objetivos empresariais;
- gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D);
- reavaliação do sistema de informática com foco na melhoria empresarial.

Riscos Empresariais

Em 2004 houve uma reformulação no setor elétrico brasileiro, em especial na área de comercialização, por meio da Lei Nº 10.848. Além da criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram criadas duas instâncias para tratamento das relações contratuais: o Ambiente de Contratação Livre - ACL e o Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

Dessa forma, as distribuidoras ficaram obrigadas a adquirir a totalidade de suas necessidades de energia elétrica por meio de contratos regulados, firmados no âmbito do ACR, além dos contratos de compra e venda de energia provenientes de geração distribuída, de fontes alternativas e da geradora Itaipu Binacional.

No tocante à renovação dos contratos existentes, o artigo 21 da citada Lei impede que essas avenças sejam prorrogadas ou aditadas visando o aumento de preço ou de quantidade do suprimento.

No entanto, tal norma não contemplou as renovações de contratos bilaterais já existentes, situação em que se encontra o atual Contrato de Compra e Venda de Energia firmado entre a CEB Lajeado S/A e a CEB Distribuição S/A.

Essa especificidade provocou incertezas regulatórias quanto à possibilidade de manutenção da mesma receita para o empreendimento por intermédio da prorrogação do atual contrato de suprimento, uma vez que a participação em leilões para comercialização da energia tornou-se uma possibilidade que não garante a obtenção do preço atualmente pactuado. Essa conjuntura levou a empresa a solicitar a prorrogação da avença vigente, sob o argumento de que o contrato foi firmado anteriormente à implantação do novo modelo do setor, além do aditivo que prevê a prorrogação ter sido homologado posteriormente à publicação da mencionada Lei e dos instrumentos legais complementares.

Esse, portanto, é o risco empresarial mais relevante a ser enfrentado pela CEB Lajeado S/A no futuro próximo, tendo em vista que o contrato em vigor se expira em 07 de julho de 2015.

Perspectivas e Planos Futuros

A CEB Lajeado S/A dará continuidade às ações para maximizar os seus resultados empresariais, destacando-se:

- definir estratégias comerciais que contribuam para a maximização da receita das vendas de energia;
- acompanhar o andamento da ação ordinária objeto do Processo Nº 2009.34.00.008120.5, impetrada em desfavor da ANEEL, visando à obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado;
- realizar concurso público para efetivação de quadro próprio de pessoal;
- aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;
- manter a busca permanente da qualidade e a transparência nas nossas decisões;
- qualificar e aprimorar a força de trabalho.

Agradecimentos

A Administração da CEB Lajeado S/A agradece aos seus acionistas, à CEB Distribuição S/A, aos parceiros, fornecedores e instituições financeiras pela confiança que depositaram na empresa durante o exercício de 2014 e, em especial, ao Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e aos colaboradores, pela dedicação, empenho e compromisso, orientado para o cumprimento dos objetivos empresariais, visando contribuir para tornar a empresa uma referência de eficácia na geração de resultados para a Companhia Energética de Brasília -CEB e para a sociedade do Distrito Federal.

Brasília, 31 de dezembro de 2014.

A Administração



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2014

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31.12.2014	31.12.2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31.12.2014	31.12.2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	3.252	32.233	Fornecedores	17	8.942	1.285
Concessionários e permissionários	9	12.027	11.720	Salários e encargos sociais		99	93
Impostos e contribuições a recuperar	10	4.023	-	Impostos e contribuições sociais	18	1.976	10.770
Juros sobre capital próprio	11	7.291	7.220	Obrigações com acionistas - JSCP	19	9.350	11.254
Serviço em curso P&D	12	3.438	3.088	Credores diversos	20	3.831	3.723
Despesas pagas antecipadamente		-	36	Obrigações estimadas		72	482
Outros créditos		12	6	Outras obrigações	21	5.005	4.374
Total ativo circulante		30.043	54.303	Obrigações com acionistas - Dividendos	19	12.399	-
Não Circulante				Obrigações com acionistas - P. Beneficiárias	19	2.057	4.209
Realizável a Longo Prazo	13			Total passivo circulante		43.731	36.190
Títulos a receber - Investco S.A		1.146	1.160	Patrimônio Líquido			
Outros créditos		495	330	Capital social	23.1	145.656	145.656
Caução em garantia CCEE		8.028	5.246	Reserva de capital	23.3	151.225	151.225
Total do ativo não circulante		9.669	6.736	Reservas de lucros	23.4	26.702	30.833
Investimentos	14	228.118	223.243	Dividendos adicionais propostos	23.5	6.591	32.244
Imobilizado	15	155	25	Outros resultados abrangentes	23.6	44	10
Intangível	16	105.964	111.851	Total do patrimônio líquido		330.218	359.968
TOTAL DO ATIVO		373.949	396.158	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		373.949	396.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em milhares de reais)

	NOTA	31.12.2014	31.12.2013
Receita Operacional Líquida	24	117.966	112.758
Custo com Energia Elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	25	(50.837)	(9.744)
Contribuições compulsórias da CCEE		(88)	(109)
Encargos de uso da rede elétrica	25	(10.790)	(11.742)
Encargos sobre energia de curto prazo - CCEE		(982)	(678)
Custo de Operação	25	(108.248)	(65.470)
Arrendamento		(40.131)	(38.386)
Recursos hídricos		(5.084)	(4.465)
Taxas ANEEL		(336)	(346)
Lucro Operacional Bruto		9.718	47.288
Despesas Operacionais			
Pessoal		(1.175)	(1.055)
Material		(8)	(9)
Serviços de terceiros		(2.344)	(1.718)
Depreciações	15	(17)	(6)
Amortizações	16	(5.887)	(5.887)
Aluguéis		(257)	(162)
Tributos e contribuições e subvenções		(59)	(51)
Outras - Despesas diversas		(193)	(168)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(222)	38.232
Receita Financeira		6.739	5.216
(-) Despesas financeiras		(1.669)	(3.444)
(-) Juros sobre o capital próprio		(11.000)	(13.240)
		(5.930)	(11.468)
Resultado de equivalência patrimonial		18.506	16.040
Resultado Operacional Financeiro	27	12.576	4.572
Resultado Antes do IR e CS	28	12.354	42.804
Imposto de renda e contribuição social corrente		(2.780)	(13.952)
Resultado depois do IR e CS		9.574	28.852
Reversão dos juros sobre capital próprio		11.000	13.240
Resultado antes das participações		20.574	42.092
Partes beneficiárias		(2.057)	(4.209)
Lucro líquido do exercício		18.517	37.883
Lucro por ação		0,14	0,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em milhares de reais)

	NOTA	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício		18.517	37.883
Outros resultados abrangentes	23.6		
Equiv. patrimonial sobreganhos e perdas abrangentes de coligadas		34	61
Resultado abrangente do exercício		18.551	37.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013
RECEITAS	131.290	125.494
Venda de energia elétrica	131.290	125.494
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	2.344	1.718
Material	8	9
Operações com energia elétrica (CCEE)	50.837	9.744
Custo de uso da rede de transmissão	10.790	11.742
Recursos hídricos	5.084	4.465
Encargos sobre energia de curto prazo - CCEE	982	678
Outros custos operacionais	193	168
VALOR ADICIONADO BRUTO	61.052	96.970
RETENÇÕES		
Depreciação	17	6
Amortização	5.887	5.887
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	55.148	91.077
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	18.506	16.040
Receitas financeiras	6.739	5.216
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	80.393	112.333
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	1.175	1.055
Impostos, taxas e contribuições	16.587	27.194
Arrendamento, aluguéis e juros	42.057	41.992
JSCP / Dividendos / Partes beneficiárias	13.057	17.449
Lucro retido	7.517	24.643
Total	80.393	112.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva De Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros (prejuízos) Acumulados	Dividendos Adicionais Propostos	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)	145.656	151.225	35.420	(51)	-	17.806	350.056
Dividendos Adicionais Aprovados - AGO 30.04.13			(14.792)				(14.792)
Reserva Especial de Dividendos Obr. Não Dist. - Aprovado AGO 30.04.13			17.806			(17.806)	-
Reserva de Investimento			(9.495)		9.495		-
Lucro do exercício					42.092		42.092
Destinação do Lucro							
Obrigações com Acionista - Partes Beneficiárias					(4.209)		(4.209)
Reserva Legal			1.894		(1.894)		-
Dividendos Declarados - JSCP					(13.240)		(13.240)
Dividendos Adicionais Propostos					(32.244)	32.244	-
Outros Resultados Abrangentes							
Res. Refl. Benef. Pos-Emprego - Investco				61			61
Saldo em 31 de dezembro de 2013	145.656	151.225	30.833	10	-	32.244	359.968
Dividendos Adicionais Aprovados - AGO 30.04.14			(17.806)			(19.495)	(37.301)
Reserva Especial de Dividendos Obr. Não Dist. - Aprovado AGO 30.04.14			12.749			(12.749)	-
Lucro do exercício					20.574		20.574
Destinação do Lucro							
Obrigações com Acionista - Partes Beneficiárias					(2.057)		(2.057)
Reserva Legal			926		(926)		-
Dividendos Declarados - JSCP					(11.000)		(11.000)
Dividendos Adicionais Propostos					(6.591)	6.591	-
Outros Resultados Abrangentes							
Res. Refl. Benef. Pos-Emprego - Investco				34			34
Saldo em 31 de dezembro de 2014	145.656	151.225	26.702	44	-	6.591	330.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Entradas:		
Recebimento pela venda de energia elétrica	129.800	123.621
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	2.224	1.752
Recebimento JSCP/Dividendos	12.506	14.698
Juros recebidos	-	1.304
Liberação caução aluguel	36	-
Outras	31	1
	144.597	141.376
Saídas:		
Pagamento de arrendamento	(44.061)	(43.330)
Fornecedores de materiais e serviços	(12.796)	(14.044)
Energia elétrica comprada para revenda	(44.214)	(13.692)
Encargos sobre energia curto prazo - CCEE	(434)	-
Salários, remuneração e encargos	(2.790)	(1.777)
Recursos hídricos	(4.963)	(4.581)
Doações, contribuições e subvenções	(1.519)	(1.352)
Pagamento de despesa financeira	(104)	(95)
Pagamento de impostos	(19.418)	(17.729)
Juros pagos	-	(1.534)
Constituição de garantia - CCEE	(2.410)	(356)
Distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos	(40.365)	(32.184)
Outros	(357)	(102)
	(173.431)	(130.776)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(28.834)	10.600
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Saídas:		
Aquisição de imobilizado	(147)	-
	(147)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(147)	-
ATIVIDADES FINANCIAMENTO		
Entradas:		
Recebimento de mutuo	-	85.000
		85.000
Saídas:		
Pagamento de empréstimos e financiamentos - CEF	-	(85.000)
		(85.000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	-	-
SALDO LÍQUIDO DE CAIXA	(28.981)	10.600
SALDO DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	32.233	21.633
SALDO DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	3.252	32.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - Contexto Operacional

1.1 - Objetivo Social

A CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado é uma sociedade anônima de capital fechado de direito privado, controlada pela holding Companhia Energética de Brasília - CEB e coligada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, que autorizou sua reestruturação societária. Sua sede social está localizada na cidade de Brasília-DF.

A CEB Lajeado S/A tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, para o que poderá participar da sociedade Investco S.A., na condição de acionista, como meio para realizar o seu objeto social.

2 - Participação Societária

A CEB Lajeado S/A juntamente com a EDP Lajeado Energia e Paulista Lajeado Energia são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, estado do Tocantins, na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93 ("INVESTCO").

3 - Concessões

A CEB Lajeado S/A, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado" cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a CEB Lajeado S.A. titular de 19,8%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e Investco S.A. titular de 1%.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação de cada uma no Contrato de Concessão.

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, sendo assim os sócios ordinários da Investco arrendam os ativos de geração com percentual correspondente a sua participação no contrato de concessão. Dessa forma a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias, e não há relação de compra e venda de energia elétrica entre a Investco e a CEB Lajeado S/A.

A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a produção de energia seja inferior a quantidade de energia contratada, as Concessionárias deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos. Reciprocamente, as Concessionárias serão ressarcidas da mesma forma caso a produção seja superior à energia contratada.



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

3.1 - Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

4 - Prorrogação das Concessões

Em 11 de setembro de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Esta medida provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas. A CEB Lajeado S/A juntamente com a Investco, Lajeado Energia e Paulista Lajeado são integrantes do Consórcio "Usina Lajeado", cujo prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997. Por essa característica, a companhia está desobrigada a aderir à medida nº 579, convertida pela Lei nº 12.783 de 2013.

5 - Energia Comercializada no Âmbito da CCEE

Os geradores hidrelétricos sofreram grandes prejuízos no ano de 2014 porque a produção de energia proveniente das usinas hidrelétricas ficou aquém do montante mínimo de geração do sistema. A diferença entre a quantidade total efetivamente gerada pelos geradores hidrelétricos e sua "Garantia Física Sazonalizada" registrada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) dos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), ficou 10,0%, em média, abaixo da Garantia Física. As usinas normalmente comprometidas, quase na totalidade de suas garantias físicas, com contratos de venda de energia, se viram forçadas a adquirir o montante faltante no mercado de curto prazo para honrar os seus compromissos.

Assim, foram consideráveis os montantes dos déficits de energia hidrelétrica no período, contudo, o que tornou a situação ainda mais crítica foram os elevados preços do mercado de curto prazo.

A CEB Lajeado S/A, enquanto geradora, sofreu impacto negativo em suas receitas em consequência deste fato. A maior parte da Garantia Física, aproximadamente 97%, que cabe à empresa da UHE Luis Eduardo Magalhães, foi vendida em Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Livre - CCEAL, de longo prazo, firmado em 2001 com a CEB Distribuição. A redução da garantia física do sistema, enquanto ajuste do MRE, levou a empresa à chamada exposição negativa involuntária. Como a produção do SIN tem sido insuficiente, a empresa se viu obrigada a adquirir energia mais cara de forma a honrar os compromissos assumidos no âmbito do seu contrato de venda.

As regras atuais de comercialização de energia definem como de responsabilidade do gerador o risco hidrológico. Ressalte-se, entretanto que, independentemente das causas e das responsabilidades, a magnitude da exposição evidenciou grande desequilíbrio no setor. No contexto da CEB Lajeado S/A tal fato levou a déficits consideráveis no mercado de curto prazo em todo o ano de 2014, permanecendo, entretanto, a empresa adimplente na CCEE, órgão responsável pela contabilização do MCP.

6 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em consonância com as práticas adotadas pelo seu sócio controlador, que é uma companhia aberta, também são aplicadas as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e orientações emanadas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. A sociedade adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444 de 26 de outubro de 2001, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa - DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R1).

A companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A CEB Lajeado S/A avaliou os eventos subsequentes até 09 de fevereiro de 2015, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela diretoria colegiada da companhia.

7 - Principais Práticas Contábeis

7.1 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a "companhia" opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

7.2 - Caixa e equivalente de caixa

Incluem o Caixa, os Depósitos Bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

7.3 - Concessionários e permissionários

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

7.4 - Investimentos

São avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

7.5 - Imobilizado

Composto apenas de móveis e utensílios e equipamentos de escritório, é demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano, a prática obedece a Resolução da ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

7.6 - Ativo intangível

Refere-se ao direito de exploração da concessão da usina. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público deduzido da amortização acumulada até o final do prazo de concessão.

7.7 - Redução do valor recuperável de ativos

O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

A companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2014.

7.8 - Fornecedores

Composto basicamente pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data das demonstrações.

7.9 - Juros sobre capital próprio

Calculado conforme o art. 9º da Lei 9.249/95. A base de cálculo utilizada foi o patrimônio líquido (com base no critério de 31.12.2007) em dezembro de 2013 e TJLP trimestral de 2014, limitado a 50% do lucro antes das provisões para o IRPJ e CSLL. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

7.10 - Credores diversos

Composto basicamente pelo arrendamento a pagar. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data das demonstrações.

7.11 - Impostos e contribuições sociais

Estão representados pelas obrigações tributárias no âmbito federal e estadual.

7.12 - Dividendos

É reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras da companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta específica até a deliberação da Assembleia Geral, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08.

7.13 - Participação nos lucros

Alienação de Partes Beneficiárias, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima, definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

7.14 - Capital social

Registrado pelo valor patrimonial, sem valor nominal.

7.15 - Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07.

7.16 - Reserva de capital

Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea "a" do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07.

7.17 - Reserva especial

Constituída de acordo com § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76 e § 1º do art. 35 do Estatuto Social.

7.18 - Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Os créditos apurados, conforme a legislação fiscal, referentes à não-cumulatividade do PIS e da COFINS, estão registrados a crédito na despesa como redutora das respectivas contas de apropriação.

7.19 - Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

7.20 - Alteração da legislação tributária federal

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, convertida na Lei nº 12.973 de 2014, que dispõe a alteração da legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e revoga o Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

A Lei tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, consequentemente, extinguir o RTT.

A CEB Lajeado S/A realizou análise da referida lei e não identificou situação que a fizesse aderir de forma antecipada aos preceitos da Lei 12.973 no ano-calendário de 2014. Optando dessa forma pela aplicação no exercício de 2015.

8 - Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelas contas de Caixa, Contas Bancárias à Vista e Aplicações Financeiras, sendo:

8.1 - Caixa rotativo

Quantia fixa fornecida ao responsável pelo caixa, com objetivo de facilitar o atendimento das necessidades de pagamento de pequenas despesas da empresa. A quantia é suficiente para o pagamento das despesas de do mês, que finalizado, efetua-se a prestação de contas do valor total desembolsado, repondo-se o valor do caixa por meio de cheque nominal ao seu responsável.

8.2 - Banco de Brasília - BRB

Conta de pagamentos. A conta é mantida neste banco em conformidade com o estabelecido na legislação vigente do Governo do Distrito Federal - GDF, controlador indireto da CEB Lajeado S/A;



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

8.3 - Banco Itaú

Agente Fiduciário do arrendamento da UHE Luís Eduardo Magalhães. Os recebíveis referentes à venda de energia elétrica são creditados nesta conta para garantir os pagamentos do arrendamento; e,

8.4 - Banco de Brasília - BRB

Conta de aplicação CDB - investimento de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Caixa Rotativo	1	1
Banco de Brasília - BRB	1	-
Banco Itaú	-	1
Banco de Brasília - BRB - Aplicação	3.250	32.231
Total	3.252	32.233

9 - Concessionários e Permissionários

O valor registrado nessa rubrica é composto basicamente pela energia vendida a CEB Distribuição referente a dezembro de 2014, com vencimentos previstos para os dias 5, 13 e 23 de janeiro de 2015, mais os encargos em função do atraso de pagamento das parcelas pactuada sem conformidade com o contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a CEB Lajeado S/A e a CEB Distribuição, em 27 de novembro de 2001 e ainda as inadimplências ocorrida na energia negociada no Mercado de Curto Prazo - CCEE.

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
CEB Distribuição	11.912	10.835
CCEE	115	885
Total	12.027	11.720

10 - Impostos e Contribuições a Recuperar

Composto por valores referentes a impostos e contribuições sociais compensáveis atualizados até a data do balanço.

11 - Juros Sobre Capital Próprio - JSCP

Refere-se aos Juros sobre Capital Próprio proposto no exercício de 2014 aos acionistas da Coligada Investco, líquido do imposto de renda de 15% conforme legislação, recebível até o final do exercício de 2015 em data a ser deliberada em Assembleia.

12 - Serviço em Curso -P&D

Valor referente ao desembolso realizado em projetos de P&D, contabilizados no ativo circulante até a conclusão dos referidos projetos, quando ocorrerá a sua baixa. A Investco é a empresa responsável pelo controle de todos os gastos incorridos nos projetos.

13 - Realizável a longo prazo

Estão representadas pelas contas:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Títulos a receber - Investco	1.146	1.160
Outros créditos	495	330
Caução em garantia - CCEE	8.028	5.246
Total	9.669	6.736

Títulos a receber - valor referente às ações preferenciais classes "A", "B" e "C" de emissão da coligada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida coligada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 da NBC TG39(R1).

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Caução em garantia - CCEE - valor referente à caução em garantia para a aquisição de energia da CCEE, transformados em títulos de longo prazo junto ao Banco Bradesco. Valor registrado de acordo com inciso II, art. 179, da Lei nº 6.404/76, e alterada posteriores.

14 - Investimentos - Participações Societárias Permanentes

A participação da CEB Lajeado S/A na INVESTCO S/A corresponde a 80.440.301 ações ON, nominativas sem valor nominal, equivalente a 20% das ações Ordinárias, 51.111.965 ações classe "R" - P.N.R, 980.081 ações classe "A" - P.N.A. e 1.031.248 ações classe "B" - P.N.B, o equivalente a 13,83% das ações preferenciais.

Em 31.12.2014 a participação da CEB Lajeado S/A no Capital Social da Investco é de 16,98%, conforme demonstrado o quadro a seguir:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS ON		AÇÕES PREFERENCIAIS PN		TOTAL DAS AÇÕES ON + PN	
	QUANT.	%PARTICIP.	QUANT.	%PARTICIP.	QUANT.	%PARTICIP.
CEB Lajeado S/A	80.440.301	20,00	53.123.294	13,83	133.563.595	16,98
Outros	321.762.007	80,00	331.080.668	86,17	652.842.675	83,02
TOTAL	402.202.308	100,00	384.203.962	100,00	786.406.270	100,00

Conforme o Estatuto da Investco, a CEB Lajeado S/A participa em 20% das decisões da sociedade, sendo representada por um Conselheiro e um Diretor. O investimento é avaliado pelo método de Equivalência Patrimonial.

14.1 - Movimentação do investimento no exercício de 2014

Investimento	Saldo em 31.12.2013	Equivalência Patrimonial	Dividendos Recebidos	JSCP Creditado	Coligada		Saldo em 31.12.2014	% Participação Direta	
					Outros Resultados Abrangentes	Res. Refl. Benefício pós-emprego		31.12.2014	31.12.2013
Investco	223.243	18.506	(5.222)	(8.443)	34	228.118	20	20	
Total	223.243	18.506	(5.222)	(8.443)	34	228.118	20	20	

15 - Ativo Imobilizado

A CEB Lajeado S/A não possui em seus registros ativos de geração. Os ativos de geração da UHE Luis Eduardo Magalhães são de titularidade exclusiva da Investco, empresa constituída para administrar a UHE. Os valores contabilizados na CEB Lajeado S/A referem-se somente a moveis e utensílios e equipamentos de escritório, existentes na sede social.

Imobilizado em serviço	Saldo em 31.12.2013	Adições	Saldo em 31.12.2014	Taxas Anuais de Depreciação %
Administração				
Equipamentos de Informática	55	69	124	10
Móveis para Escritório	21	78	99	10
Total	76	147	223	

(-) Depreciação	Saldo em 31.12.2013	Adições	Saldo em 31.12.2014
Equipamentos de Informática	(36)	(9)	(45)
Móveis para Escritório	(15)	(8)	(23)
Total	(51)	(17)	(68)

TOTAL DO IMOBILIZADO **25** **130** **155**

16 - Intangível

Intangíveis	Saldo em 31.12.2013	Amortização	Saldo em 31.12.2014
Direito de exploração de concessão	111.851	(5.887)	105.964
Total	111.851	(5.887)	105.964

A operação de reestruturação societária gerou, dentre outros documentos, o Contrato de Venda e Compra de Ações. Instrumento este que estabelece para a CEB Lajeado S/A o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452 mil, que também representava 20% da dívida da Investco para com a Eletrobrás.

Dos R\$ 213.452 mil, R\$ 54.506 mil representam o valor patrimonial das ações na Investco em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida. O valor de R\$ 158.946 mil classificados como ágio, representa a diferença entre os valores retro citados.

O ágio terá sua amortização estabelecida até o ano 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea "b" da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998.

O total do ágio, R\$ 158.946 mil, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 mil de amortização ao ano.

17 - Fornecedores

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Encargos de uso do sistema de transmissão	1.223	1.249
Energia comprada - CCEE	7.684	-
Serviços	35	36
Total	8.942	1.285

Encargos de uso do sistema de transmissão - refere-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Energia comprada - CCEE - energia negociada no âmbito da CCEE.

Serviços - refere-se às empresas prestadoras de serviços relacionadas a TI, prestação de mão de obra administrativo e financeiro, publicações e consultorias jurídicas.

18 - Impostos e Contribuições Sociais

Estão representados pelas obrigações tributárias no âmbito federal e estadual.

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
IRPJ	-	5.423
CSLL	-	1.894
PIS	55	258
COFINS	256	1.190
IRRF sobre JSCP	1.650	1.986
PIS, COFINS, CSLL sobre serviços	8	12
IRRF sobre serviços	1	1
INSS sobre serviços	4	4
ISS	2	2
Total	1.976	10.770



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

18.1 - IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2014 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$1.650, conforme legislação, liquidado em janeiro de 2015.

19 - Obrigações com Acionistas

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Juros sobre o capital próprio - CEB Holding (¹)	5.229	6.294
Juros sobre o capital próprio - Eletrobrás (¹)	4.121	4.960
Partes beneficiárias - Eletrobrás (¹)	2.057	4.209
Dividendos -CEB Holding (²)	6.948	-
Dividendos -Eletrobrás (²)	5.451	-
Total	23.806	15.463

(¹) Valores calculado e creditado sobre o resultado do exercício de 2014.

(²) Saldo a liquidar referente aos dividendos declarados em 2014, conforme Assembleia Geral Ordinária nº 14 de 30 de abril de 2014, postergado para o segundo semestre de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária nº 24 de 15 de dezembro de 2014.

20 - Credores Diversos

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Arrendamento - Investco S.A	3.685	3.525
Outros	146	198
Total	3.831	3.723

O valor de R\$ 3.685 refere-se ao arrendamento de dezembro de 2014, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, os ativos existentes e a serem adquiridos, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão.

21 - Outras Obrigações

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Recursos Hídricos - CFURH	957	836
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	4.020	3.509
Taxa de fiscalização - TFSEE	28	29
Total	5.005	4.374

Recursos Hídricos (CFURH) - Criada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas.

Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) - Os gastos com P&D efetuados pela CEB Lajeado S/A são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. A companhia é obrigada a aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. O valor aplicado é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão do projeto de P&D quando ocorrerá a sua baixa.

Taxa de Fiscalização (TFSEE) - Instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionárias ou autorizado do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades.

22 - Provisões para Contingências

A companhia possui processos administrativos de natureza fiscal, no valor principal de R\$3.620 mil, cuja perda foi estimada como possível baseado na opinião de seus assessores jurídicos, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Os processos administrativos fiscais referem-se a crédito tributários compensados através de Declaração de Compensação - PER/DCOMP, os quais não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. A CEB Lajeado S/A através de escritório de advocacia contratado está apresentando recursos a fim de requerer o reconhecimento do direito de compensação dos créditos tributários.

23 - Patrimônio Líquido

23.1 - Capital social

O Capital Social da CEB Lajeado S/A está dividido em ações da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total das Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEB Holding	82.013.911	100	-	-	82.013.911	59,93
ELETROBRAS	-	-	54.835.800	100	54.835.800	40,07
Amadeu Zamboni	-	-	300	-	300	-
Sérgio Feijão	-	-	2	-	2	-
Total	82.013.911	100	54.836.102	100	136.850.013	100

23.2 - Destinação do lucro

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro do Exercício	20.574	42.092
Partes beneficiárias	(2.057)	(4.209)
Lucro Líquido	18.517	37.883
Constituição de reserva legal	(926)	(1.894)
Destinação do lucro	17.591	35.989
Dividendos intermediários (JSCP)	11.000	13.240
Dividendos adicionais propostos	6.591	22.749

As ações têm direito aos dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior. O Acordo de Acionistas celebrado entre a CEB Lajeado S/A e a Eletrobrás prevê:

23.2.1 - distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio;

23.2.2 - garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos;

23.2.3 - as ações preferenciais gozarão do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária.

23.2.4 - Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:

23.2.5 - 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

23.2.6 - uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei nº 6.404, de 1976;

23.2.7 - serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, observado o disposto no art. 5º, Parágrafo 2º, deste estatuto, 25% dos lucros líquidos, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (Artigo 35, "b", supra); e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e

23.2.8 - importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do art. 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

23.2.9 - uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76.

23.2.10 - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76.

23.3 - Reserva de capital

A reserva de capital de R\$ 151.225 mil, foi constituída em 2005 pela alienação das partes beneficiárias contabilizadas, como reserva, por determinação da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Seu saldo será transferido para conta de capital social no final da concessão (2032), transformando-se em ações preferenciais, de forma que represente 5,084% do capital na ocasião, conforme disposto no acordo de acionistas.

23.4 - Reservas de lucros

23.4.1 - Reserva legal

Constituição de R\$ 926 mil no exercício de 2014, prevalecendo o total de R\$ 13.953 mil, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, onde determina que seja retido 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, não excedendo a 20% do capital social, tendo como finalidade assegurar a integridade do capital social.

23.4.2 - Reserva especial

Constituída em conformidade com art. 202 §4º e 5º da Lei 6.404/76 e suas alterações, onde dispõem que o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos de administração informar à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia. A constituição da reserva especial no valor de R\$ 12.749 mil foi deliberada na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2014.

23.5 - Dividendos Adicionais Propostos

Constituição de R\$ 6.591 mil no exercício de 2014, pelo valor acima do mínimo obrigatório mantido no patrimônio líquido, em conta específica até a deliberação da Assembleia Geral, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08.

23.6 - Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de reserva reflexa de benefícios pós-empregatários a ganhos e perdas atuariais na Coligada Investco.

24 - Receita Operacional Líquida

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Venda de energia elétrica - CEB Distribuição	127.578	121.238
Energia de curto prazo - CCEE	3.712	4.256
	131.290	125.494
(-) Deduções da receita		
PIS/COFINS	(12.144)	(11.608)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.180)	(1.128)
	(13.324)	(12.736)
Total	117.966	112.758

25 - Despesas Operacionais

As despesas operacionais, que pela legislação tributária permitem créditos de PIS e COFINS em função da não-cumulatividade, foram registradas pelos seus valores líquidos, dessa forma, demonstra-se a seguir o valor bruto e respectiva dedução das despesas consideradas mais relevantes, registrados pelo regime de competência.



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

Descrição	31.12.2014		31.12.2013	
	Total da Despesa	Crédito Tributário	Valor Líquido	Valor Líquido
Arrendamento	44.221	(4.090)	40.131	38.386
Encargos de uso da rede elétrica	11.890	(1.100)	10.790	11.742
Energia elétrica para revenda - CCEE	56.018	(5.181)	50.837	9.744
Total	112.129	(10.371)	101.758	59.872

26 - Remuneração dos administradores

26.1 - Remuneração e encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria.

O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, sendo 2 (dois) deles, e seus respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Sociedade, e 1 (um) deles, e seu respectivo suplente, eleito pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Sociedade. A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral da CEB Lajeado S/A.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral da CEB Lajeado S/A, que fixará a respectiva remuneração, observando os limites legais. A Diretoria composta por 3 (três) membros, residentes no país, sendo um Diretor Geral e dois Diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros será fixada pela Assembleia Geral da CEB Lajeado S/A.

O valor total da remuneração paga até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 656 mil (R\$ 587 em 31 de dezembro de 2013).

Descrição	CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Numero de Membros	3 (*)	3 (**)	3 (***)
Remuneração	73	110	287
Gratificações	-	-	33
Encargos sociais	15	22	90
Previdência Privada	-	-	26
Total	88	132	436

(*) Dos 3 membros do Conselho de Administração, apenas 2 são remunerados pela CEB Lajeado S/A.

(**) Todos os 3 membros do Conselho Fiscal são remunerados pela CEB Lajeado S/A.

(***) Dos 3 membros da Diretoria, apenas 2 são remunerados pela CEB Lajeado S/A.

27 - Resultado Financeiro

	2014	2013
Receita Financeira		
Rendimento de Aplicação Financeira	2.787	2.011
Rendimentos s/ Empréstimo Mutuo	-	886
Receita de JSCP/Dividendos	197	209
Outras Receitas Financeiras	3.755	2.110
	6.739	5.216
Despesa Financeira		
Variações Monetárias	(41)	(14)
Juros s/ Capital Próprio	(11.000)	(13.240)
Encargos s/ Empréstimo	-	(886)
Outras Despesas Financeiras	(1.628)	(2.544)
	(12.669)	(16.684)
Resultado Equivalência Patrimonial	18.506	16.040
Resultado Financeiro	12.576	4.572

28 - Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2014		31.12.2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	12.354	12.354	42.804	42.804
Adições				
Amortização	5.887	5.887	5.887	5.887
Gratificação diretores	33	33	28	28
AVP dividendos sobre ações preferenciais	74	74	74	74
Juros sobre capital próprio recebido	8.578	8.578	8.362	8.362
Ajuste de Investimento	-	-	54	54
Exclusões				
Resultado equivalência patrimonial	(18.506)	(18.506)	(16.040)	(16.040)
Dividendos recebidos	(64)	(64)	-	-
AVP ações preferenciais	(60)	(60)	(55)	(55)
Alimentação PAT	-	-	(7)	(7)
Base de Calculo	8.296	8.296	41.107	41.107
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Despesa de IRPJ e CSLL	2.034	746	10.253	3.699

29 - Partes relacionadas

Descrição	Partes Relacionadas	Período Transação	Preço Praticado em MWh		Receita (Despesas)
			Ativo	Passivo	
Concessionárias					
a) Venda energia elétrica	CEB DIST.	27.11.01 a 07.07.15	148,27	11.374	-
b) Encargos sobre energia	CEB DIST.		538	-	538
Participação Societária					
c) JSCP a receber	INVESTCO		31.12.14	7.291	-
d) Título a receber	INVESTCO		1.146	-	(14)
e) Investimento	INVESTCO		228.118	-	18.506

Obrigações c/Acionistas

f) Juros s/ capital próprio	CEB HOLDING	31.12.14	-	5.229	(6.151)
g) Juros s/ capital próprio	ELETROBRAS	31.12.14	-	4.121	(4.849)
h) Partes beneficiárias	ELETROBRAS	31.12.14	-	2.057	-

Contas a Pagar

i) Arrendamento	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33	-	3.685	(44.221)
j) Pessoal cedido Partes relacionadas	CEB DIST.	31.12.14	01.01.14 a	46	-
k) Ágio Eletrobrás	ELETROBRAS		105.964	-	(5.887)

a) - Representa os valores a receber derivativos do contrato de compra e venda de energia, celebrado entre a CEB Lajeado S/A e a CEB Distribuição em 27 de novembro de 2001, hoje com preço praticado de R\$ 148,27 por MWh, reajustável a cada 12 meses pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM. O vencimento do contrato está previsto para 15 de julho de 2015.

b) - Representa a receita de encargos sobre a venda de energia à CEB Distribuição, em função do atraso de pagamento das parcelas pactuadas.

c) - Representa os valores a receber de Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado da coligada Investco.

d) - Representa os valores a receber referentes às ações preferenciais classes "A", "B" e "C" de emissão da coligada Investco, ajustada a valor justo, considerando as condições para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

e) - Representa o investimento da CEB Lajeado S/A na Investco. O investimento é avaliado pelo método de Equivalência Patrimonial.

f) - Refere-se aos Juros sobre o Capital Próprio a pagar ao Acionista Controlador.

g) - Refere-se aos Juros sobre o Capital Próprio a pagar ao Acionista Eletrobrás.

h) - Refere-se às Partes Beneficiárias a pagar ao Acionista Eletrobrás.

i) - Refere-se ao contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, os ativos existentes e a serem adquiridos, no percentual da participação de cada um no Contrato de Concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido da Investco, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

j) - Representa os valores a pagar referentes aos empregados cedidos da CEB Distribuição. Os ressarcimentos dos custos dos salários, encargos e benefícios são realizados mensalmente até o final da cessão.

k) - Representa o ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida no exercício de 2005. O ágio no total de R\$ 158.946 mil será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

30 - Riscos e incertezas

Restrições sobre as propriedades de ativos - No contrato de arrendamento foi dado pelas arrendatárias, como garantia, os direitos de Concessão e os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como parte das receitas decorrentes da comercialização de energia gerada pela usina.

31 - Seguros

A companhia não possui apólices de seguros contratados pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos.

32 - Divulgação Adicional

Conciliação entre Lucro Líquido e Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro do exercício antes das participações	20.574	42.092
Depreciação	17	6
Amortização	5.887	5.887
Equivalência Patrimonial	(18.506)	(16.040)
Dividendos Recebidos	(176)	(78)
Ajuste no Resultado	7.796	31.867
Variações Patrimoniais		
(Aumento) Redução em contas a receber	(307)	(1.354)
(Aumento) Redução em impostos e contribuições a recuperar	(4.023)	50
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(471)	(289)
(Aumento) Redução em empréstimos e financiamentos	-	83.971
(Aumento) Redução em Contas de Caução	(2.782)	(531)
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	7.657	(3.414)
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos	-	(84.068)
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	(8.794)	3.223
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(51)	(1.369)
Total	(8.771)	(3.781)
Pagamentos/Recebimentos		
Dividendos/JSCP Recebidos	12.506	14.698
Dividendos/JSCP/Partes Beneficiárias Pagos	(40.365)	(32.184)
Total	(27.859)	(17.486)
Total das Atividades Operacionais Geradas (Consumidas)	(28.834)	10.600

Brasília, 31 de dezembro de 2014.

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor-Geral

PAULO MARCOS CASCELLI DE AZEVEDO
Diretor Administrativo-Financeiro e Técnico

CLEONICE MARIA DE OLIVEIRA DO PRADO
Contadora CRC-DF 023467/0-1



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

AOS
ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA
CEB LAJEADO S.A.
BRASÍLIA - DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Lajeado S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da CEB Lajeado S/A é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da CEB Lajeado S/A para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CEB Lajeado S/A. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafos de ênfase

Prorrogação de concessões

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas. A CEB LAJEADO S.A. juntamente com a INVESTCO, Lajeado Energia e Paulista Lajeado são integrantes do Consórcio "Usina Lajeado" cujo prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997. Por essa característica, a companhia está desobrigada a aderir à Medida nº 579, convertida pela Lei nº 12.783, de 2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Energia comercializada no âmbito da CCEE

Destacamos o mencionado na nota explicativa nº 5, de que os geradores hidrelétricos sofreram grandes prejuízos no ano de 2014, devido a produção de energia proveniente das usinas hidrelétricas ter ficado aquém do montante mínimo de geração do sistema. As usinas normalmente comprometidas, quase na totalidade de suas garantias físicas, com contratos de venda de energia, se viram forçadas a adquirir o montante faltante no mercado de curto prazo para honrar os seus compromissos. A CEB Lajeado S/A, enquanto geradora, sofreu impacto negativo em suas receitas em consequência deste fato, permanecendo, entretanto adimplente junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, órgão responsável pela contabilização do Mercado de Curto Prazo - MCP. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Lei nº 12.973/2014

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7.20, letra "s", a CEB Lajeado S/A realizou análise da Lei nº 12.973 de 2014, e não identificou situação que a fizesse aderir de forma antecipada aos preceitos da referida Lei no ano-calendário de 2014, optando pela aplicação no exercício seguinte. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros resultados abrangentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23.6, e evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, a CEB Lajeado S/A, registrou, no exercício, outros resultados abrangentes no valor de R\$ 34 mil, decorrente de reserva reflexa de benefícios pós-emprego da coligada INVESTCO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a CEB Lajeado S/A possui transações significativas com partes relacionadas, decorrentes, substancialmente, de operações de compra e venda de energia com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, a companhia não possui apólices de seguros contratados pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da CEB Lajeado S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

JORGE LUIZ M. CEREJA Contador CRC RS 43679 S DF CNAI Nº 539 Sócio - Responsável Técnico	JUCLÉIA GONÇALVES RODRIGUES Contadora CRC RS 78349 S DF CNAI Nº 2487 Auditora
UHY MOREIRA - AUDITORES CRC RS 3717 S DF	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Lajeado S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrada em 31 de dezembro de 2014, acompanhada do parecer dos auditores independentes - UHY Moreira Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e pela Contadora responsável, assim como do parecer da UHY - Moreira Auditores Independentes, que emitem opinião sem ressalva no sentido de que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e de resultado da CEB Lajeado S.A., em 31 de dezembro de 2014, entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa. É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da CEB Lajeado S.A. relativamente à destinação do resultado do exercício de 2014, está amparada pelas disposições legais, societárias e do Acordo de Acionistas vigentes.

Brasília, 27 de março de 2015.

EMÍDIO DA COSTA NETO Conselheiro	JOÃO VICENTE AMATO TORRES Conselheiro
DANIEL BRASILEIRO RAMALHO Presidente	